

Expansão do ensino superior e desenvolvimentismo: limites e contradições sob a hegemonia do capital

RHOBERTA SANTANA DE ARAÚJO – UFPA
rhoberta.araujo@gmail.com

RESUMO

O ideário de desenvolvimento econômico propugnado pelo capitalismo dissemina o discurso da educação como um importante fator para competitividade e para o desenvolvimento das economias globais. Dessa forma um conjunto de ações estatais, materializadas em planos, programas e instrumentos normativos estabelecem a conexão entre educação-conhecimento-desenvolvimento, instituindo conformidade às demandas econômicas. O ensino superior, objeto de análise deste artigo é intensamente impactado pelas mediações da sociabilidade capitalista que incorpora de modo sistemático a ciência, a inovação e a tecnologia, aliada a formação de recursos humanos qualificados enquanto estratégia para ampliação da acumulação e concentração do capital e fator distintos de competitividade das economias globais. Nessa esteira, a ampliação do acesso aparece como elemento chave das recentes políticas governamentais direcionadas para esse nível de ensino. Entretanto a lógica dessa ampliação está pautada pela majoritária oferta das instituições privado-mercantis, com intensa concentração dessas instituições na região sudeste. O objetivo do artigo é analisar a atual fase desenvolvimentista encetada pelos grandes empreendimentos de infraestrutura no país, sob o discurso de superação das desigualdades com melhor distribuição de renda e as interrelações com a distribuição do acesso ao ensino superior. A metodologia está assentada nas contribuições do materialismo histórico-dialético e é resultado parcial da pesquisa em desenvolvimento realizada pela autora no doutoramento em educação. Revisão bibliográfica e análises documentais subsidiaram a produção. Os resultados da investigação indicam assimetrias no acesso nas distintas regiões do país, além de uma baixa participação das instituições públicas nas matrículas, demarcando a continuidade do cenário privatista do ensino superior no Brasil.

Palavras chaves: Ensino superior. Economia da educação. Desenvolvimentismo.

As reformas neoliberais, iniciadas na década de 1990 indicam a readequação do papel do Estado na condução das políticas sociais, com um amplo processo de privatização de empresas prestadoras de serviços de interesse público. A chamada do mercado e da sociedade civil para assumir a oferta desses serviços, serve de pilar político, econômico e ideológico para atendimento das exigências de acumulação do capital, cuja representação está assentada na aliança da burguesia nacional e internacional. Neste sentido, Minto (2007, p.219) reitera que:

Se a gênese do Estado moderno burguês está fundada essencialmente nas contradições e nos antagonismos de classe que caracterizam a

sociedade produtora de mercadorias, estranha a admiração – suscitada pelas vicissitudes do capitalismo nos dias atuais – daqueles que julgam imprópria a utilização de recursos do fundo público para os fins da acumulação capitalista. Ora o processo de reconfiguração do capital – a reestruturação produtiva e a recomposição das taxas de lucro – se dá através desse processo histórico em que o capital apropria-se, de forma crescente, de setores ainda não dominados inteiramente por sua lógica reprodutiva, a saber, da esfera estatal de interesses públicos cujo veículo são as políticas sociais.

Desse modo, a maciça participação do mercado na promoção de serviços de interesse público, a exemplo da saúde e da educação, é expressão das permanentes metamorfoses da reprodução e da acumulação capitalista. Nessa configuração, o Estado assume um papel decisivo, pois é por meio da transferência dos recursos oriundos do fundo público para iniciativa privada e conseqüente delegação para esta assumir a função de executora desses serviços que é materializada essa conformação, cujo marco regulatório está assentado nas parcerias público-privadas.

No cenário macroeconômico de reestruturação produtiva e alterações substantivas nas relações entre capital e trabalho, influenciadas pelos ganhos de produtividade promovidos pela matriz tecnológica nos países avançados e marginalmente nos países periféricos se intensifica o discurso da centralidade da tríade conhecimento-ciência-tecnologia, enquanto estratégia para o crescimento econômico e superação das assimetrias sociais, notadamente de distribuição de renda e desemprego. Dessa forma, os preceitos do capital humano influenciam a adoção de políticas no campo educacional com a funcionalidade de formação de recursos humanos especializados, demarcando o campo de disputa e competitividade nos mercados globais.

O ideário de desenvolvimento econômico propugnado pelo capitalismo dissemina o discurso da educação como um importante fator para competitividade e para o desenvolvimento das economias globais. As alterações nas bases técnicas de produção, alicerçada na acumulação flexível, na desregulamentação econômica e na divisão internacional do trabalho difundem um novo perfil do trabalhador, coadunado com os interesses corporativos e empresariais. Nesta perspectiva, um novo modelo de educação deve ser incorporado às políticas

educacionais como estratégia para superação dos obstáculos impostos ao crescimento econômico. A expansão do acesso das oportunidades educacionais no discurso governamental é sinônimo de competitividade, produtividade e melhores condições de inserção do trabalhador no mercado.

Educação e conhecimento, nesta perspectiva assumem centralidade, como aponta Oliveira (2009, pp. 239-240):

Essa centralidade se dá porque *educação* e *conhecimento* passam a ser, do ponto de vista do capitalismo globalizado, *força motriz* e eixos da *transformação produtiva* e do *desenvolvimento econômico*. São, portanto, bens econômicos necessários à transformação da produção, ao aumento do potencial científico-tecnológico e ao aumento do lucro e do poder de competição num mercado concorrencial que ser quer livre e globalizado pelos defensores do neoliberalismo. Torna-se clara a conexão estabelecida entre educação-conhecimento e desenvolvimento-desempenho econômico. A educação é um problema econômico na visão neoliberal, já que ela é elemento central desse novo padrão de desenvolvimento.

A partir dos anos 2000 com assunção de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) à presidência da República a pauta do desenvolvimento econômico é reposicionada. Alicerçado no discurso de superação da pobreza o ex-presidente implementou programas de transferência de renda e um conjunto de medidas para a retomada do crescimento econômico. Marcado pelo forte apelo ideológico e midiático por meio de uso de jargões como “nunca na história desse país”, as ações macroeconômicas adotadas nesse período inserem o Brasil no rol de países emergentes. Ressalte-se que nesse cenário o Estado continua assumindo a funcionalidade para ampliação do capital, na medida em que financia as principais ações para subsidiar a nova fase desenvolvimentista.

O novo desenvolvimentismo reconhece que a modernização tecnológica e produtiva não engendrou processos mais amplos de inclusão social e a melhoria dos indicadores de distribuição de renda. Em suma, os patamares de crescimento econômico observados na fase nacional desenvolvimentista não se traduziam na melhoria dos indicadores sociais (renda, saúde, educação, habitação). Mota, Amaral, Peruzzo (2012, p.157) em referência a Castelo (2010) caracterizam essa nova fase:

Uma estratégia de desenvolvimento alternativo aos modelos em vigência na América do Sul, tanto ao “populismo burocrático”,

representado por setores arcaicos da esquerda e partidários do socialismo quanto à ortodoxia convencional, representada por elites rentistas e defensores do neoliberalismo [...] cujo principal objetivo é delinear um projeto nacional de crescimento econômico combinado com uma melhoria substancial nos padrões distributivos do país [...] um determinado padrão de intervenção do Estado na economia e na “questão social”. (Grifos do autor)

Frigotto (2006) reitera que as teorias desenvolvimentistas surgem na fase do capitalismo monopolista e servem para ofuscar as reais tensões entre capital-trabalho e a crises decorrentes da acumulação, concentração e centralização do capital. Nesta perspectiva a discussão se direciona para o quadro explicativo do desenvolvimento e da modernização, na qual o capital humano assume papel preponderante. Escamoteiam-se intencionalmente os reais fundamentos da estrutura de organização do capitalismo, expressas na exploração, desigualdade e segregação e notadamente na disputa de classes.

A questão das desigualdades sociais, dos antagonismos de classes, o conflito capital-trabalho seriam superados, por um processo meritocrático. Mascara-se, como vimos, o caráter orgânico da acumulação, concentração e centralização do capital e a própria luta de classes, na medida em que se nivela, sob a categoria de capital, a capacidade de trabalho dos indivíduos “potenciada” com educação ou treinamento, ao capital físico, ou seja a força de trabalho se apresenta como uma mercadoria – um capital do mesmo valor que o capital físico. (FRIGOTTO, 2006, p.126).

Nos países periféricos, a exemplo do Brasil, com formação econômica fundada no colonialismo e na dependência, os desafios para alcance de um patamar de competitividade científica-tecnológica alicerçado na produção de conhecimento são expressivos. Entretanto, nos últimos anos, especialmente sob o marco dos governos do Partido dos Trabalhadores se observa a retomada do discurso da centralidade da educação, enquanto fator estratégico de superação dos limites para modernização e alcance de patamares de competitividade do país.

Nessa esteira uma série de ações políticas, materializadas em planos, programas, projetos, leis, decretos e diretrizes visando ampliação das

oportunidades educacionais nos distintos níveis e modalidades de ensino¹ são implantadas com amplo apelo midiático. Paralelamente, no plano macroeconômico o Programa de Aceleração do Crescimento² conforma um conjunto de investimentos em vários setores da economia, pretendo a retomada do crescimento.

A estratégia do governo federal, pela primeira vez em muitas décadas, foi apoiar a formação do capital por parte do setor privado, e simultaneamente, aumentar o investimento público em infraestrutura. Além do aumento de investimento propriamente dito, o PAC também incluiu uma série de desonerações tributárias para incentivar o investimento privado e o desenvolvimento do mercado de consumo de massa no Brasil (BARBOSA, 2013, p.78).

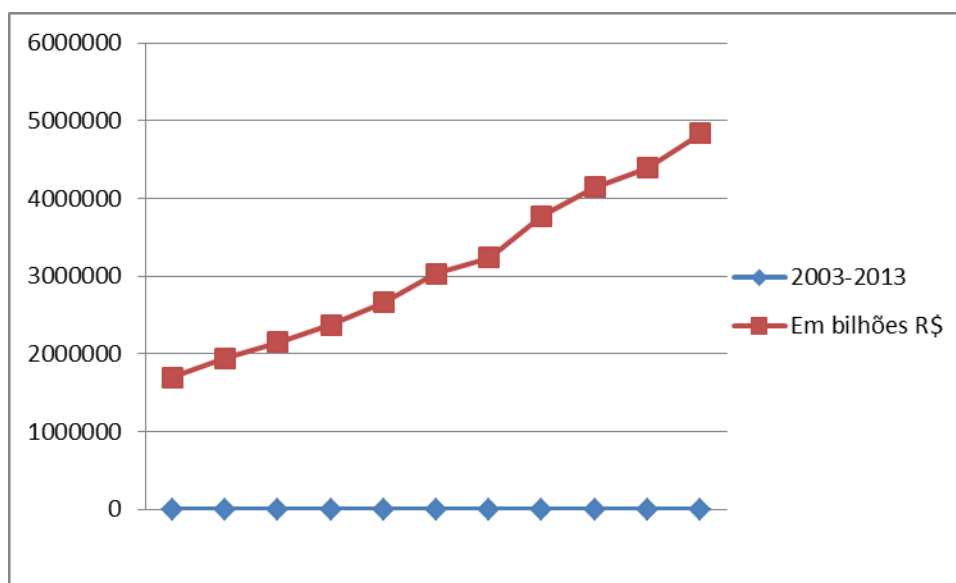
Dessa forma, ações governamentais conformam um plano nacional de desenvolvimento social e econômico, garantindo os interesses do capital rentista, articuladas a políticas de estabilidade fiscal e monetária, associado a investimentos em grandes empreendimentos, financiados, predominantemente pelo Estado. Nota-se uma engenhosa aliança entre o capital e o trabalho, considerando que ocorre uma ampliação dos postos de trabalho, com consequente controle das taxas de desemprego e distribuição de renda. Neste cenário, mantém-se uma acomodação de classes, sem alterar a estrutura do sistema.

Constitui-se num demiurgo da finalização da modernização do país iniciada por Getúlio Vargas. O que os gramscianos denominariam de “revolução passiva”, pelo alto, conservadora porque pautada pela hipertrofia do Estado, que administra a vida social. Impregna todos os poros da sociedade brasileira e estabelece um pacto social pelo desenvolvimentismo caracterizado pela conciliação de interesses. (RICCI, 2013, p.27).

Na tabela a seguir é possível observar o crescimento do PIB na série histórica que coincide com os dois mandatos do ex-presidente Lula da Silva (2003-2010) e os primeiros anos do mandato da presidente Dilma Rousseff:

¹ FUNDEB, PDE, PROINFANCIA, PRONATEC, PROUNI, REUNI, FIES, UAB, PARFOR, dentre outros.

² O PAC foi criado no segundo mandato do ex-presidente Lula da Silva (2007-2010) e prevê o planejamento e investimento em obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do Brasil. Segundo o governo federal nessa primeira teria sido o responsável pela criação de 8,2 milhões de postos de trabalho (PAC, 2014)

Gráfico 1. Crescimento Produto Interno Bruto (Valor nominal) 2003-2013

Fonte: IPEADATA, 2014

Diante dos dados é possível observar um crescimento significativo do volume de riquezas produzidas no país. Esses dados articulados a outros indicadores, a exemplo da taxa de desemprego, que em 2014 chegou a 4.9% da população economicamente ativa e em busca de trabalho demonstram um quadro aparentemente favorável no cenário macroeconômico nacional.

Entretanto, apesar do governo federal utilizar amplamente esses indicadores para justificar a manutenção da política econômica, alardeando os resultados positivos alcançados, as assimetrias socioeconômicas são latentes nas distintas regiões, no país da 7ª economia do mundo, e que ainda padece de sérias desigualdades. Apesar do reconhecido avanços, o país está no grupo de 12 países mais desiguais do mundo, conforme estudos do IPEA divulgados em 2012, denominado “A década inclusiva”³.

Outro dado ilustrativo é o coeficiente de Gini⁴, utilizado para medir a desigualdade na distribuição de renda entre indivíduos que indica uma forte

³ O documento está disponível em: www.ipea.gov.br/agencia/.../120925_comunicadodoipea155_v5.pdf.

⁴ O coeficiente de Gini foi criado pelo estatístico italiano Corrado Gini é utilizado para calcular a desigualdade na distribuição de renda ou distribuição de riqueza e pode ser aplicado a outros área, a

tendência de manutenção da desigualdade no país. Em 2003 esse coeficiente era de 0,583. No ano de 2012 ficou em 0,530 (IPEA, 2014). Apesar da redução, o país amarga de elevada concentração de renda. O crescimento do PIB, articulado à política de geração de emprego e distribuição de renda não materializam o atendimento de um conjunto demandas na área social.

Outro aspecto importante a ser destacado são assimetrias na produção e distribuição da riqueza nas distintas regiões do país. O modelo de ocupação territorial brasileiro privilegiou cidades localizadas ao longo do litoral, primeiras a serem colonizadas e transformadas em polos de produção agropecuária e mineral. No tardio processo de industrialização nacional alavancado no governo de Getúlio Vargas essas regiões detinham capital econômico e político, para concentrar a produção de bens de consumo e bens de capital.

A integração regional da Amazônia, por exemplo, iniciou-se apenas a partir da década de 1950, com a construção da Rodovia Belém-Brasília. O modelo de desenvolvimento imposto à região está pautado nos grandes projetos de exploração dos recursos naturais (energético, mineral, agroflorestal), destinado ao atendimento das demandas do capital nacional e internacional, com intensos impactos socioambientais e forte concentração de riqueza. Esse modelo de colonização deflagrado às regiões periféricas do Brasil, pautadas no mito do desenvolvimento escamoteiam a relação de subordinação e violência promovidas pelo capital em relação às classes subalternas (Loureiro, 2009).

Os impasses e contradições sucedem-se e assumem formas agudas desde os anos de 1970, desencadeados pelas políticas desenvolvimentistas – e pela respectiva legislação – para a Amazônia dos governos da ditadura militar. Essas políticas procuravam atrair grandes blocos de capitais privados, multinacionais e nacionais, para realizarem investimentos na Amazônia. Facilitaram – e continuam facilitando – a acumulação de capital e a concentração de terra e renda gerada pelos novos investimentos, em detrimento do resto da população. (idem, p.35).

O projeto de desenvolvimento da Amazônia arregimentado pelo poder público atualmente se pauta pela mesma lógica de acumulação e concentração

exemplo da educação. Numa escala de 0 à 1, onde 0 representa completa igualdade e 1 completa desigualdade. Dessa forma, quanto mais próximo de 1, maior o nível de desigualdade de renda ou riqueza de um determinado país.

de riqueza, associada à violação dos direitos das populações atingidas pelos grandes empreendimentos.

Ensino superior: ampliação do acesso sob o foco da regionalidade

Nesta conjuntura a expansão do acesso ao ensino superior aparece enquanto carro-chefe das recentes políticas implantadas nos últimos anos nesse nível. Diante da baixa cobertura da oferta para população de 18 a 24 anos, conforme dados do censo do ensino superior de 2011 divulgado pela INEP, a taxa de escolarização líquida da população daquela faixa etária era de 14,6%, se for considerada a mesma população que concluiu o ensino superior o percentual sobe 17,8%. Ressalte-se que a meta prevista no Plano Nacional de Educação, aprovado recentemente no Congresso Nacional é elevar o percentual de matrículas líquidas para 33% e matrículas brutas para 50% no período de vigência do plano. (INEP, 2013). No país se observa a predominância das Instituições de Ensino Superior privadas e intensa concentração na região sudeste como observado na tabela a seguir:

Tabela 1 – Número e Percentual de Instituições de Educação Superior, por categoria Administrativa (Pública e Privada) – Brasil e Regiões Geográficas – 2011

Brasil/regiões	Total Geral		Categoria Administrativa			
	Total	%	Pública	%	Privada	%
Brasil	2365	100	284	12	2081	88
Norte	152	100	27	17,8	125	82,2
Nordeste	432	100	63	14,6	369	85,4
Sudeste	1157	100	134	11,6	1023	88,4
Sul	389	100	42	10,8	347	89,2
Centro-Oeste	235	100	18	7,7	217	92,3

Elaborado por INEP, 2013

Na tabela 1 é possível observar que aproximadamente 48% das IES estão concentradas na região sudeste. Na categoria administrativa referente às instituições públicas o quadro se repete. Àquela região reúne 47% das IES. A territorialidade é um aspecto destacado nas políticas expansionistas,

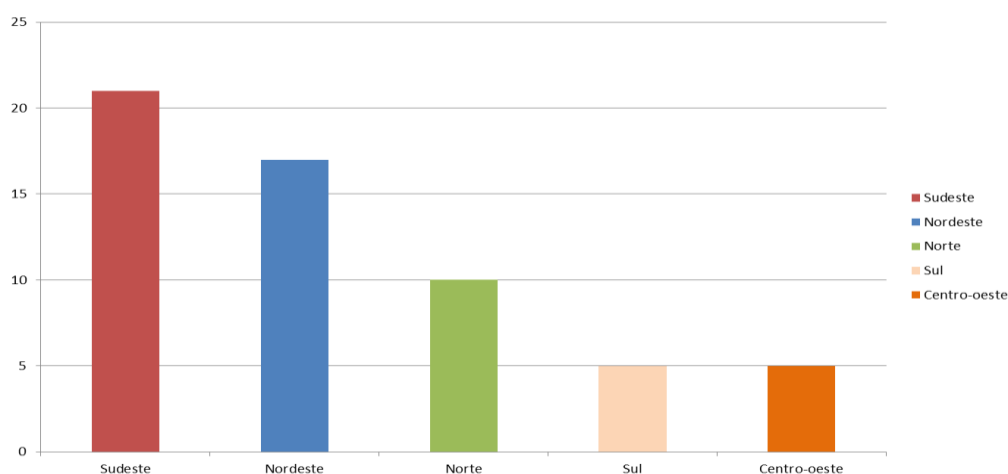
considerando uma intensa concentração nas IES e da oferta de vagas em determinadas regiões geográficas do país. O Plano de Desenvolvimento da Educação⁵ ressalta que:

Só é possível garantir o desenvolvimento nacional se a educação for alçada à condição de eixo estruturante da ação do Estado de forma a potencializar seus efeitos. Reduzir as desigualdades sociais e regionais se traduz na equalização das oportunidades de acesso à educação de qualidade. (PDE, 2007, p.05)

O plano reconhece que as discrepâncias nas oportunidades educacionais são territorialmente demarcadas entre centro e periferia, campo e cidade, capital e interior (idem), reconhecendo a necessária associação entre educação e ordenação territorial. Conforme dados do censo do INEP de 2011 o universo de alunos matriculados na graduação presencial era 5.746.762 apenas a região sudeste concentrava 48%. A região norte respondia por 6,7% dessas matrículas. Ressalvadas os devidos indicadores demográficos, ocorre uma acentuada assimetria na distribuição de vagas no ensino superior no país.

No gráfico apresentado a seguir é possível observar a distribuição das Instituições Federais de Ensino Superior nas regiões geográficas do Brasil. A mesma tendência se repete com forte concentração das IFES na região sudeste, apenas o estado de Minas Gerais concentra 12 dessas instituições.

GRÁFICO 2. Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil – Distribuição Regional

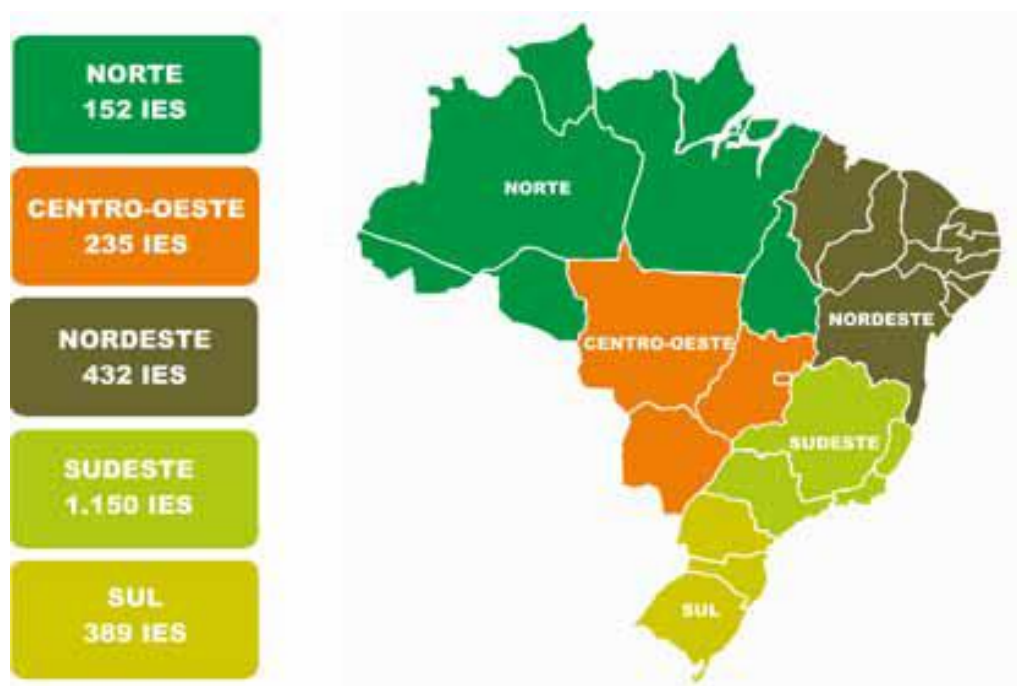


⁵ O PDE lançado em 24 de abril 2007 no mandato do ex-presidente Lula da Silva previa um conjunto de princípios, diretrizes, metas para os distintos níveis e modalidades da educação nacional.

Fonte: MEC, 2014

Na figura a seguir, elaborada pelo INEP e divulgado no último censo se observa o mapa da distribuição das IES no Brasil:

Figura 1 – Número de instituições superior, segundo as regiões geográficas do Brasil (públicas, privadas e confessionais)



Elaborado por: INEP, MEC 2013.

Diante dos dados apresentados é possível observar estreita relação entre os polos dinâmicos de produção econômica e a concentração das IES, incluindo universidades nessas regiões. Depreende-se que o ensino superior no país tem servido à lógica de ampliação, reprodução e concentração do capital. O amplo processo de privatização da oferta do ensino superior no Brasil, entendida como um bem de capital demonstra um cenário de hegemonia burguesa, impondo importantes desafios para os defensores da universidade pública:

[...] os senhores do dinheiro organizam e buscam estratégias para ampliar cada vez mais o controle sobre a escola e a universidade, objetivando definir o que é dado a pensar para a juventude brasileira. O objetivo é a inculcação da moral, da “ética” e dos valores burgueses em seu momento neoliberal, em especial em um contexto de novas configurações da “governança” que requerem a combinação de entes privados (ONG,

Terceiro Setor, empresas com “responsabilidade social”) com os aparatos do Estado. (LEHER, 2011, p.163)

Os programas e planos de expansão do ensino superior implantados no último decênio, notadamente a partir do governo do ex-presidente Lula da Silva (2003-2010) estabelecem de forma clara a necessidade de ampliação no acesso enquanto estratégia de desenvolvimento econômico do país. As políticas de expansão adotadas são intensamente influenciadas por orientações de organismos multilaterais⁶ que propugnam a associação entre educação e desenvolvimento econômico. Neste sentido, o ensino superior desempenha papel estratégico na formação de quadros profissionais, com competências e habilidades para atuar no mercado de trabalho. Por isso, há necessidade de superação dos índices de seletividade no acesso, oportunizando ampliação das possibilidades educacionais.

Nesse contexto, as parcerias-público privadas expressam um dos instrumentos que deram materialidade à reconfiguração do ensino superior. A diluição das fronteiras entre o público e o privado, em que instituições privadas recebem financiamento público e instituições públicas são induzidas a buscar financiamento na iniciativa privada, consolida a premissa da educação enquanto um bem público, mas não necessariamente estatal; logo, ela não perde sua essência de atendimento ao interesse público se for ofertada pela iniciativa privada.

O empresariamento das políticas sociais, com a progressiva transferência à iniciativa privada da execução das obras e serviços, revela semelhanças na concepção ideológica tanto no governo dos tucanos quanto no governo dos petistas . As ações que favorecem a expansão do capital dão a tônica das reformas. Esse processo precisa ser compreendido no interior do novo ordenamento de reprodução do capital que, diante da saturação de mercados e como condição para permanente acumulação, necessita ampliar seu campo de atuação. Nesse sentido, a área social se apresenta como um atrativo do mercado, para exploração.

⁶ Banco Mundial, OCDE, CEPAL.

Os dados disponibilizados do censo do ensino superior de 2011 são reveladores da maciça participação da iniciativa privada na oferta desse nível de ensino no país, abrangendo o percentual de 74,2% das matrículas. Esse percentual corresponde a 4.736.001 do universo de 6.376.299 de alunos matriculados. As demais instituições das esferas federal, estadual e municipal respondem por 25,8% das matrículas (INEP, 2013).

Diante desse cenário, depreende-se que o projeto de universidade proposto pelo governo federal tem como marco de institucionalidade a colaboração entre Estado, iniciativa privada e sociedade civil, dirigidos pela busca de uma sociabilidade que contribua para a coesão e a justiça social. A expansão do acesso ao ensino de graduação, particularmente das camadas populares, funcionaria como um indicador desse novo marco. O modelo de universidade, sob os pilares do ensino, da pesquisa e da extensão, concebido como elitizado e caro, deve ceder espaço à universidade operacional, voltada para a qualificação rápida dos trabalhadores, estimulando a sua inserção no mercado produtivo. Nesse contexto, Martins e Neves (2004, p.99) ressaltam:

A nova universidade tem ainda por objetivo introduzir no âmbito das universidades, o “espírito” da responsabilidade social que se vem espraiando no país como padrão de sociabilidade introduzido pelos neoliberais nos anos 1990 e endossado por frações significativas da sociedade civil como o empresariado, a Igreja e setores da “nova esquerda”, preocupados todos com os níveis de desagregação social causados pela miséria dos países periféricos do capitalismo. O alívio a pobreza, diretriz dos organismos internacionais para a periferia do capitalismo, é acatado por governo e fração significativa da sociedade civil como estratégia de inclusão à sociabilidade burguesa nos anos iniciais deste século. Os intelectuais formados pelas novas universidades brasileiras constituirão um novo contingente de voluntários responsáveis pela implementação de políticas compensatórias nos marcos do capitalismo com justiça social.

As parcerias-público privadas expressam um dos instrumentos que deram materialidade à reconfiguração do ensino superior, dos governos dos presidentes petistas. A diluição das fronteiras entre o público e o privado, em que instituições privadas recebem financiamento público e instituições públicas são induzidas a buscar financiamento na iniciativa privada, consolida a premissa, defendida por esse governo, de que a educação é um bem público, mas não necessariamente estatal; logo, ela

não perde sua essência de atendimento ao interesse público se for ofertada pela iniciativa privada.

Considerações finais

A temática deste artigo cuja temática se relaciona às políticas do ensino superior e economia da educação apresentou um esboço do atual cenário da expansão do ensino superior no Brasil, alicerçada nas recentes acomodações das políticas macroeconômicas ditas desenvolvimentistas. Em que pese os números de crescimento da economia apresentados pelos entes governamentais e a implantação dos programas direcionados a expansão do acesso ao ensino superior, o quadro de assimetrias nas distintas regiões geográficas do Brasil é expressivo.

A lógica prevalecente na oferta desse nível de ensino é influenciada pela Teoria do capital humano que compreende a educação como um investimento com retorno futuro, portanto um bem de capital. Nessa conformação os indivíduos devem assumir os custos desse investimento apoiados por políticas de incentivo fiscal e crédito financiadas pelo Estado. Assim, ocorre teoricamente, uma acomodação de interesses da burguesia empresarial do setor educacional e dos trabalhadores que demandam por escolarização. Por seu turno, se esvazia progressivamente o projeto democrático e emancipatório do fortalecimento e expansão da universidade pública, como locus privilegiado de formação do trabalhador.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Nelson. Dez anos de política econômica. SADER, Emir (org.) In: Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo (SP): Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Plano de Desenvolvimento da Educação. Razões, Princípios e Programas. (Aprovado em 24 de abril de 2007). Brasília: MEC, 2007a [HTTP criado em 27 nov.2007]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>.

CABRAL NETO, Antonio; CASTRO, Alda Maria D.A. *Educação a distância como estratégia de expansão do ensino superior no Brasil*. In: CABRAL NETO, Antonio; CHAVES, Vera Lúcia Jacob; NASCIMENTO, Ilma Vieira. (Org.). **Políticas para a Educação Superior no Brasil: velhos temas e novos desafios**. São Paulo: Xamã, 2009, p. 85-108.

CÊA, Geórgia S. dos S. *As versões do Projeto de Lei da Reforma da Educação Superior: princípios, impasses e limites*. In: SIQUEIRA, Ângela C.; NEVES, Lúcia Maria W. (Org.). **Educação superior: uma reforma em processo**. São Paulo: Xamã, 2006, p. 43-79

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. *Política de gestão e financiamento da expansão das universidades federais via precarização do trabalho docente*. In: CHAVES, Vera L. Jacob; SILVA JUNIOR, João dos Reis. **Educação Superior no Brasil e diversidade regional**. Belém: EDUFPA, 2008, p 67-88.

DIAS SOBRINHO, José. *Educação Superior: flexibilização e regulação ou avaliação e sentido público*. In: MANCEBO, Deise [et.al.] (Org.). **Políticas e gestão da Educação Superior: transformações recentes e debates atuais**. São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa, 2003, p.97-116.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista*. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GUIMARÃES, Ricardo José Rocha. **Nos caminhos do sonho: grandes projetos de desenvolvimento industrial no estado do Pará.** In: XIMENES, Tereza (Org.). Cenários da industrialização da Amazônia. Belém: UNAMAZ, UFPA, NAEA, 1995, p. 157-203.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. Censo da Educação Superior 2011. Sinopse Estatística. Brasília (DF): MEC: INEP, 2013. Disponível em: www.inep.gov.br

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. A Década inclusiva (2001-2011) Desigualdade, pobreza e políticas de renda. Comunicados do IPEA, nº 155. Brasília (DF): IPEA, 2012. Disponível em: www.ipea.gov.br

LEHER, Roberto. *Educação no governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu.* In: Vários Autores. **Os anos Lula. Contribuições para um balanço crítico.** Rio de Janeiro. Garamond, 2010a, p.369-412.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Pressupostos do Modelo de Integração da Amazônia Brasileira aos Mercados Nacional e Internacional em Vigência nas Últimas Décadas: a modernização às avessas. In: COSTA, Maria José Jackson (Org.). **Sociologia na Amazônia. Debates teóricos e experiências de pesquisa.** Belém: EDUFPA, 2001.

MANCIBO, Deise. *Diversificação do ensino superior no Brasil e qualidade acadêmico-crítica.* In: OLIVEIRA, João Ferreira de; CATANI, Afrânio Mendes; SILVA JÚNIOR, João dos Reis (Org.). **Educação superior no Brasil: tempos de internacionalização.** São Paulo: Xamã, 2010, p 37-53.

MARTINS, André Silva; NEVES, Lúcia Maria W. A proposta de autonomia universitária do governo Lula. In: NEVES, Lúcia Maria W. (Org.). Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004, p.91-110.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** 2ª. Ed. S.P: Expressão Popular, 2007, p. 43-48; p.255-283.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela; PERUZZO, Juliane. **O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: Desenvolvimentismo e Construção da Hegemonia.** São Paulo: Cortez, 2012.

MINTO, Lalo Watanabe. **As reformas do ensino superior no Brasil. O público e o privado em questão.** Campinas (SP): Autores Associados, 2006.

OLIVEIRA, João Ferreira de. A função social da educação e da escola pública: tensões, desafios e perspectivas. In.: FERREIRA, Eliza Bertolozzi. OLIVEIRA, Dalila Andrade (Orgs.). **Crise da escola e políticas educativas.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

RICCI, Rudá. Lulismo, Da Era dos Movimentos Sociais à Ascensão da Nova Classe Média Brasileira. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira/Rio: Contraponto, 2013.